

Ademir Augusto da Silva¹
Lindinaldo Alves de Lima²
Wagner Fabiano de Araújo Alves³

RESUMO

O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa, que objetivou conhecer as práticas educativas que norteiam a educação voltada para a transformação social das crianças em risco de exclusão, em uma organização na cidade de Caruaru, município do Estado de Pernambuco/Brasil. Outro aspecto desse trabalho foi o levantamento das principais questões referentes às crianças em risco de exclusão no contexto de violência no bairro da periferia. Para tanto, recorreremos ao expediente da pesquisa qualitativa, com o método do caso alargado. Os alicerces teóricos foram: Kulmann (2005), Goulart (2005), Mejía (2003), Freire (2005) na 1ª categoria; já na 2ª categoria foram: Bancher (1993), Benevides (1942), Pinsky (2008), e na 3ª categoria foram: Connell (2008), Castel (1991,1995), Townsend (1979).

Palavras-Chave: Práticas Educativas. Transformação Social/Cidadania. Crianças em Risco de Exclusão.

INTRODUÇÃO

O presente exercício de pesquisa tem objetivo de identificar as experiências educativas desenvolvidas por organizações que trabalha com educação popular, no contexto de violência no bairro da periferia. Crianças de famílias de classes populares. Assim sendo, a comunidade vivencia a ausência do Estado no que se refere às questões mínimas de infraestrutura, que são de direito, inclusive a alimentação e educação, entre outras. Diante desta realidade existem organizações que trabalham com projetos que visam apoiar crianças que vivem em risco de exclusão social, desenvolvendo atividades educativas que contribuem para a construção do sentido de cidadania das crianças de classes populares. Diante deste contexto pergunta-se, portanto: Quais as práticas educativas desenvolvidas nas organizações que trabalham para a transformação social/cidadania das crianças em risco de exclusão.

Objetivo Geral: Conhecer as práticas educativas que norteia a educação voltada para a transformação social das crianças em risco de exclusão.

Objetivos Específicos:

- Identificar as principais práticas educativas de organizações que trabalham com crianças em risco de exclusão na organização local.
- Caracterizar o significado de transformação social/cidadania, a partir das percepções de crianças em risco de exclusão e de seus educadores.
- Levantar as principais questões referentes às crianças em risco de exclusão.
-

Assim, para atendermos aos objetivos deste estudo tivemos como metodologia a pesquisa qualitativa, partindo do tipo de estudo explicativo e exploratório, já como técnica de coletas de dados utilizou as entrevistas não padronizadas, observação participante e o diário de campo. Já como fonte

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CAA). E-mail:ademirsilva26@ig.com.br

² Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CAA). E-mail:lindinaldoalves@yahoo.com.br

³ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CAA). E-mail:wagneraraujo1909@hotmail.com.br

de informações obteve: coordenadora; professora; os pais e as crianças. Optou-se pelo método do caso alargado porque este método nos proporciona um aprofundamento nas relações estudadas, e ainda faz uma relação mais ampla do que foi estudado na teoria e na prática, uma riqueza de detalhes que contribui na investigação do caso realizado. O nosso estudo delimitou-se ao Centro de Educação Popular Maria Mãe da Misericórdia no Loteamento São João da Escócia Caruaru/PE que trabalham com educação popular, no contexto de violência no bairro da periferia.

I - Práticas Educativas na Educação Infantil

A infância concebida como uma construção social nos leva a reflexão que de alguma forma ela é o resultado das expectativas dos adultos e resultado das sociedades e culturas em diferentes tempos históricos. Parece ser consenso em nossa sociedade atual que infância deve ser um período de vida para viver as brincadeiras e não pode ser ocupada no trabalho adulto. É um período exclusivo para frequentar a escola. Dessa forma, a escola e as práticas educativas com crianças são de evidente importância. Ao pensarmos em uma possível pedagogia da infância é necessário abordar os objetivos deste espaço denominado educação infantil.

Neste sentido Kulmann (2005) nos questiona: Que lugar é este? A esse respeito, ele diz que creche e pré-escola são instituições não escolares caso o entendimento, seja de que escola é ensino fundamental. Este autor alerta para dois problemas dessa caracterização. Primeiro porque se admite, ainda que indiretamente, que a escola de ensino fundamental é prejudicial à criança e segundo, confunde-se educação infantil com instituições de natureza distintas. Kulmann (2005) sugere que a educação infantil seja uma “instituição escolar... que tem como característica reunir um coletivo de determinada faixa etária, ou com um interesse específico, para prestar um determinado tipo de educação” (KULMANN, 2005, p. 63).

Deste modo, podemos concordar com Goulart (2005) que na organização do espaço físico para crianças é necessário considerar as dimensões humanas do imaginário, do lúdico, do artístico, do afetivo e isso não é dado, em nossa opinião, somente pela arquitetura, mais pelo clima do ambiente possibilitado pelo professor.

Assim sendo, devemos considerar o respeito aos seus direitos, aos seus limites de contato físico e afetivo e de aproximação; Procura falar menos e ouvir mais; não fazer muitas perguntas sobre sua história de vida, mas está pronto a escutá-la quando ela se mostrar disposta a falar; O convite às brincadeiras e jogos é sempre uma boa maneira de aproximação e pode facilitar o estabelecimento de vínculos; Utilizar o brincar como forma de resgatar de perdas; para que possamos construir práticas educativas que seja um instrumento na vida dessas crianças.

Para tanto as atividades desenvolvidas são de grande importância na infância das crianças, assim sendo podemos trabalhar as seguintes práticas educativas:

- Atividades que envolvam interação, estimulação da memória e do raciocínio;
- Esportes em geral, trabalhando o movimento, limites do corpo, valores (coletividade, espírito de equipe, cooperação, respeito, limite com as regras);
- Aplicar leituras de livros de histórias;
- Aplicar dinâmicas;
- Atividades Culturais (recorte, colagem, pintura);
- Filmes;
- Dramatizações.

Portanto, ao trabalharmos as práticas educativas, seja no espaço formal ou informal, devemos considerar a natureza dessas crianças. Assim, a educação popular pode ser um espaço de práticas educativas. No que se refere à educação popular⁴ e aos movimentos sociais, segundo Mejía (2003):

Esses dois fenômenos, na América Latina, como fato cultural e político nos últimos quarenta anos, fazem parte, se olharmos em direção ao futuro, de uma unidade indissolúvel que não pode estar dissociada da nova teoria da contestação que surge por todo o continente e que hoje é apenas visível nos estampidos do “Caracazo”, Chiapas, os camponeses paraguaios, e em San Andrés del Estero, na Argentina. (...) Por outro lado, exige a capacidade necessária de refletir acerca do novo que trazem todos estes fenômenos, porque a nossa hibridação fragmentou o nosso habitat cultural, dissolveu o horizonte comum da sociedade, atomizou a subjetividade levando à reorganização dos símbolos harmônicos que ainda não conseguimos entender de maneira completa. (MEJÍA, p. 80, 2003).

Portanto, devemos nos direcionar a concepção de Freire (2005), que diz que a educação é entendida como uma prática para a libertação, para a superação das contradições dos opressores-oprimidos, e, que possa haver um diálogo entre as pessoas envolvidas nesta educação, entre o professor e os/as alunos/as, para que haja uma transformação da nossa realidade sociocultural. Assim sendo, Freire em suas teorias trazem alguns conceitos de educação, como por exemplo, o da educação problematizada. Ainda ele nos alerta que “*Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo*” (FREIRE, p 78, 2005).

Portanto as nossas práticas educativas possam ser instrumentos de socialização do conhecimento seja no espaço formal ou informal mediante as adversidades do mundo.

II - Transformação Social/Cidadania

No que diz respeito à transformação social, é que não existem certezas para os novos caminhos, nem segurança nos novos passos a dar. Nesse sentido, aventurar-se por uma ideia ainda em transformação significa, mais do que qualquer outra coisa, a capacidade de criar novas práticas coletivas que precisam hoje de outras condições e leituras. Precisa até mesmo articular desejos, ligar o racional e o não racional, organizar a partir dos indivíduos, tecer com base nas aspirações e, muitas vezes, recompor o não possível no passado, como um embrião da nova ação coletiva.

Apesar dos direitos sociais já está contemplando no sistema jurídico na constituição de 1934, porém na prática não é cumprido como nos mostra BRANCHER⁵ “Desde a Constituição de 1934 o sistema jurídico brasileiro já vem contemplando os direitos sociais. “A Constituição de 1988 inovou” por especificar quais são esses direitos: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados” (Art. 6º). Além de haver, através deste artigo, atribuído aos direitos sociais uma relevância que até então não haviam alcançado, a Constituição ainda dedicou um Título inteiro para dispor sobre a “Ordem Social” (Título VIII, arts. 193 a 232). Assim, fazendo uma interpretação sistemática, ou seja, analisando a posição das normas uma com relação às outras, pode-se concluir que, ao inverter a sequência tradicional das Constituições anteriores, os

⁴ Educação popular – É uma educação comprometida e participativa orientada pela perspectiva de realização de todos os direitos do povo. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o_popular, acesso em 07/05/2011.

⁵ Fonte: http://www.rebidia.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=189&Itemid=222 Acesso em 21/04/2011.

constituintes tiveram a intenção de reconhecer, pela primeira vez, o indivíduo e a sociedade como penderes ao Estado, cujos organismos e funcionamento só cuidaram de regulamentar em títulos e capítulos posteriores”.

Porem, no Brasil, estamos muito longe de chegar a algo que se possa denominar prática de cidadania, isso pode ser comprovado em excelente trabalho produzido no IPEA, Rosane Mendonça e Ricardo Paes de Barros provam que a desigualdade social no Brasil continua das piores do mundo, isso se pode ser observado nesta citação de Pinsky sobre os estudos produzidos no IPEA, por Mendonça e Barros:

Enquanto em países, como Holanda e Japão, os 40% mais pobres têm uma renda total idêntica aos 10% mais ricos (ou seja, esses ricos têm, em média, renda quatro vezes superior à desses pobres), no Brasil, os 10% mais ricos ganham 7,2 vezes mais que os 40% mais pobres (ou seja, esses ricos têm, em média, renda quase trinta vezes maior do que a dos nossos pobres).

Para os pesquisadores citados, talvez nossa distribuição de renda seja a pior do mundo, o que, convenhamos, não acena com uma melhora de relação entre brasileiros de diferentes estratos sociais, sem uma intermediação enérgica do Estado (PINSKY, p.37 e 38, 2008).

Entretanto neste cenário como conceituar Cidadania? Genericamente é fácil de esgotar esse conceito, mais se formos analisar sua amplitude vê que o conceito de cidadania tem vários sentidos e é bastante diversificado, para cada pessoa tem sua impressão de cidadania. Neste sentido Pinsky, (2008) diz que:

Para alguns, cidadania tem a ver apenas com colocar a mão direita sobre o lado esquerdo do peito enquanto nosso Hino Nacional é executado ou com torcer inutilmente para que algum piloto brasileiro repita os feitos de Ayrton Senna (PINSKY, p.18, 2008).

Neste sentido o autor nos mostra que Cidadania tem a ver com os momentos de emoções do indivíduo. Porem ele nos revela que a Cidadania:

Enfaixa uma série de direitos, deveres e atitudes relativos ao cidadão, aquele indivíduo que estabeleceu um contrato com seus iguais para utilização de serviço em troca de pagamentos (taxas e impostos) e de sua participação, ativa ou passiva, na administração comum. Por essa definição (mesmo apresentada e meramente funcional), se vê que cidadania pressupõe, sim, pagamento de impostos, mas também a fiscalização de sua aplicação; o direito a condições básicas de existência (comida, roupa, moradia, educação e atendimento de saúde), acompanhado da obrigação de zelar pelo bem comum. Já no sentido operacionalmente, cidadania pode ser qualquer atitude cotidiana que implique a manifestação de uma consciência de pertinência e de responsabilidade coletiva. Nesse sentido, exercer a cidadania tanto é votar como não emporcalhar a cidade, respeitar o pedestre nas faixas de trânsito (haverá algum cidadão motorista?) e controlar a emissão de ruídos. Já em outro sentido, exigir direitos é parte da cidadania, mas respeitar os contratos sociais é sua contrapartida. Talvez por não fazermos a nossa parte ou não termos a ciência de pertencer a um coletivo é que somos tão condescendentes com irregularidades que acabam prejudicando todos. E o fato de mantermos a maioria da população sem os direitos básicos de cidadania nos impede de construir a nação- cidadã que arrotamos desejar. (PINSKY. p.18 e19, 2008).

Assim, partimos do pensamento de Pinsky, que cidadania também se aprende na escola, assim, devem considerar três elementos que são indispensáveis e interdependentes para a compreensão da educação para a cidadania ou para a democracia. Assim sendo *Maria Victoria Benevides*⁶ nos mostra esses elementos:

- I. *A formação intelectual e a informação* – (...) Para formar o cidadão é preciso começar por informá-lo e introduzi-lo às diferentes áreas do conhecimento, inclusive através da literatura e das artes em geral. A falta, ou insuficiência de informação reforça as desigualdades, fomenta injustiças e pode levar a uma verdadeira segregação. No Brasil, aqueles que não têm acesso ao ensino, à informação e às diversas expressões da cultura *latu senso*, são, justamente, os mais marginalizados e “excluídos”.
- II. *A educação moral*, vinculada a uma didática dos valores republicanos e democráticos, que não se aprendem intelectualmente apenas, mas, sobretudo pela consciência ética, *que é formada tanto de sentimento quanto de razão*; é a conquista de corações e mentes.
- III. *A educação do comportamento*, desde a escola primária, no sentido de enraizar hábitos de *tolerância* diante do diferente ou divergente, assim como o aprendizado da cooperação ativa e da subordinação do interesse pessoal ou de grupo ao interesse geral, ao *bem comum*.

Portanto a cidadania não é, contudo, uma concepção abstrata, mas uma prática cotidiana. Ser cidadão não é simplesmente conhecer, mas, sim, viver. A democracia brasileira só se consolidará quando todos nós nos percebemos cidadãos, com direitos e deveres, e não como um bando desarrumado e irresponsável de indivíduos.

Afinal de contas, *“cidadania é participação, é ter direitos e obrigações, e, ao contrário do que muitos pensam, se aprende na escola”* (PINSKY. p.96, 97 e 114, 2008).

III - Crianças em Risco de Exclusão

Podemos começar com os seguintes questionamentos: Quem são? Como chegam à Instituição?

O estatuto da Criança e do Adolescente – ECA estabelece que a infância vá até os 12 anos de idade.

A criança, em situação de exclusão, quase sempre traz consigo um histórico de maus tratos - muitas vezes familiar, de violência e abuso sexual e emocional, negligência, de uso e dependência de substância química; Considerando que durante as fases de desenvolvimento estiveram expostas às situações traumáticas, algumas crianças podem apresentar dificuldades em estabelecer vínculos, aceitar limites e submeter-se às regras e à autoridade. Muitas sequer tiveram possibilidades de vivenciar atividades lúdicas ou até mesmo de frequentar escola.

Como chegam à Instituição?

Elas chegam à instituição através de pais ou responsáveis, devido às condições que lhes foram negadas ou esquecidas pelo Estado, onde não são oferecidas as condições básicas de sobrevivência para a vida destas crianças.

De acordo com Connell (2008): no que se refere à pobreza e programas, Em escala mundial, as diferenças entre os diversos tipos de pobreza são ainda mais evidentes. Segundo Connell (2008):

⁶ Texto disponível em www.iea.usp.br/observatorios/educacao acesso em 21/04/2011. Autora Maria Victoria Benevides (Niterói, 1942) é [socióloga](#) e professora titular da Faculdade de Educação da [Universidade de São Paulo](#) (USP).

Desde 1964, têm sido feitas estatísticas oficiais entre as pessoas nessa situação, usando-se uma conservadora “linha de pobreza”, baseada em cálculos, feitos pelo governo dos EUA, de necessidades alimentares mínimas das famílias. (Este critério tem sido utilizado igualmente em outros países, inclusive no Brasil.). Em 1991 os EUA computaram 14 milhões de crianças pobres, isto é, uma criança em cada cinco é pobre. Extrapolando para os países capitalistas industrializados como um todo, poderíamos estimar que eles têm cerca de 35 milhões de crianças atingidas pela pobreza. O ensino destinado aos pobres remonta às escolas de caridade do século XVIII e às escolas “populares” do século XIX; mas os modernos programas datam basicamente dos anos 60 e têm uma história específica.

Diante de tudo isso e uma rápida leitura sobre os títulos dos jornais induzirem-nos facilmente à conclusão de que há uma crise social da infância. Esta imagem recorrente da geração jovem a percorrer itinerários de ruptura, de exclusão social, é construída a partir de títulos e imagens que remetem para questões como as drogas, os maus-tratos infantis, a violência, etc. Outras vezes são as crianças que aparecem como destinatários da violência social (por exemplo, como vítimas da guerra, ou alvo de agressões racistas ou pedófilas, ou ainda do desemprego e da pobreza). O mundo da infância aparece invadido pela morte, pela injustiça (ou o mesmo é dizer, pela ausência ou ineficácia da justiça), pela doença, pelo desconforto, pelo abandono e pela violência.

Partindo deste contexto a exclusão social tem sido alvo frequente de debates entre os cientistas e outros intelectuais, em virtude da pobreza e da miséria, cada vez mais visíveis em nosso país.

Assim sendo, Townsend (1979) tem razão, a exclusão pode acontecer sob várias formas. Uma delas e, talvez a mais grave, pois pode gerar outros tipos de exclusão, é a econômica. Algumas outras formas de exclusão são a cultural, a territorial e a étnica. A segregação cultural priva o indivíduo de obter uma escolaridade que é o instrumento para maiores chances de um emprego com melhor remuneração, assim como, de ter acesso a informações que o habilitem a exercer sua cidadania de forma plena. A exclusão territorial afasta o cidadão do convívio com o restante da sociedade, do emprego, da escola e, até, da terra produtiva. A segregação étnica provoca comportamento de revolta entre os indivíduos, classificando-os como seres inferiores e diferentes, impedindo que usufruam plenamente dos bens de consumo, da escola, de serviços de saúde, excluindo do convívio sadio e produtivo na comunidade. Todas estas formas de exclusão levam a um conjunto de vulnerabilidades que operam como obstáculos difíceis de superar.

Isso pode ser visto nas palavras de Castel (1995):

Nos processos de vulnerabilidade que arruinam os pobres deve ser buscada a origem das perturbações afetando o equilíbrio social. O primeiro elemento que denota o excluído é ser ele uma pessoa sem inserção no mundo do trabalho. (CASTEL, p. 139, 1991).

Hoje, mais do que nunca, estamos numa encruzilhada histórica. O ilegítimo encontra-se legitimado, e é preciso uma busca cheia de disposição ao provisório, para tentar inventar a nova transformação, que possibilite o reconstruir da sociedade, de tal maneira que o governo do humano, alimentado numa democracia radical, levante a possibilidade de todos possuírem dignamente a Terra.

IV - Práticas Educativas na Educação Infantil na ONG.

As práticas educativas no CEPMMM são trabalhadas assuntos de forma conjunta e não em suas especificidades, utilizando o método problematizado da palavra geradora, o método do construtivismo entre outros em atividades de forma coletiva e individual, que podem ser comprovadas com o que foi observado no campo.

As práticas educativas são várias tais como:

- Educação física, com atividades de alongamento, equilíbrio e coordenação motora, corrida, pula corda, futebol, dominós de figurinhas entre outras;
- Educação popular na sala de aula, seguindo uma educação construtivista e problematiza em português, história, matemática, cultura, artes e ciências, com atividades de identificação das vogais, números, sílabas, formação de palavras, formação de palavras a partir de uma consoante, formação de frases, identificação das famílias das palavras, identificação de quantidades entre o número 1 a 9, elaboração de gênero convite, cartazes, oralidade do gênero poesia, construção de painel, leituras de histórias contos entre outros, pinturas, colagens, recorte, construção de bandeirinhas, formação de desenhos, apresentação de peças, orações, hábitos de higiene bucal,
- Informática com atividades de elaboração de trabalho nos programas de texto, apresentação de slides entre outros;
- Educação musical de percussão com atividade de músicas e cantigas;
- Capoeira com atividade apresentação de peças;
- Dança com atividade de quadrilhas, musiquinhas, cantigas, entre outras (OBSERVAÇÃO, diário de campo, 24 de maio a 16 de junho de 2011).
-

Diante destas práticas educativas que foram observadas em nosso estudo pode-se dizer que o Centro tem desenvolvido várias atividades para a educação de seus alunos e suas alunas, e, assim vem contribuindo para a educação dos mesmos e para sua formação diante da sociedade.

De fato estas atividades são de grande importância para esses alunos e alunas como se podem observar na fala da professora em entrevista realizada na sala de aula:

Educação construtiva, de higiene, comportamental e de valor; São de aspecto convencional que visa uma educação cristã que recebe crianças de várias religiões, mais os pais tem o conhecimento sobre o ensino que é oferecido no Centro (PROFESSORA P-I, diário de campo, 14/06/2011).

Cada um tem uma maneira de observar a importância das práticas educativas na educação das crianças isso seja devido à posição que ocupa naquele determinado momento ou não, assim sendo, no entendimento da coordenação as práticas educativas são de grande importância, em entrevista na confraternização do Centro:

Educar para a vida, todas as atividades daqui são voltadas para o lado humano (CORDENADORA, diário de campo, 16/06/2011).

V - Transformação Social/Cidadania na ONG.

A transformação social e cidadania são categorias vivenciadas no Centro, podem ser vistas na estrutura do mesmo e nas atividades e nas ações dos professores, isso foi observado em campo:

Após o recreio e a hora do lanche todos ficam em fila para lavarem as mãos, durante este momento a professora orienta para os cuidados com o gasto da água ao lava as mãos e a importância de fechar as torneiras ao termina de lavar a mão (OBSERVAÇÃO, diário de campo, 24/05/2011).

Como também se pode vê o ato de cidadania na própria estrutura do Centro, onde existem elementos que visam o ato de cidadania na construção de uma educação voltada para o social, tais como:

Existe lixeira colorida para cada tipo de lixo no pátio (lixo reciclável), e lixeiro em cada cômodo além das decorações feita pelos alunos e professores (OBSERVAÇÃO, diário de campo, 27/04/2011).

De fato as práticas de cidadania e transformação são vivenciadas neste Centro de Educação Popular, esta afirmação pode ser confirmada na fala da professora P1 em entrevista na sala:

Antes eram uns animaizinhos, agora não, entraram na capoeira, deixando o sentido às drogas, sentam-se direito, a ideia de reciclagem que antes não tinham, arrumam a sala antes de saírem. Pelo fato de ter uma educação..., na autoestima, na desigualdade humana, isso pode ser visto quando vai a casa deles..., na possibilidade de ser digno..., também na formação do respeito, que antes não tinha este respeito pelos outros e agora já explicitar mais...; a visão de quer criou o mundo, independente da religião,... Justiça, no cuidado com as plantas e com a higiene pessoal e cuidado com as próprias coisas, ao dar uma vassoura aqui em casa..., em casa eles querer fazer a reciclagem dos materiais... Você acha que há uma transformação social com as práticas educativas aqui do centro? R. Sim (PROFESSORA P-I, diário de campo 14/06/2011).

Também se podem observar estas práticas voltadas para a cidadania e transformações das crianças do Centro na fala da coordenação em entrevista na confraternização do centro:

Às atividades são diferenciadas das escolas normais, envolvendo a capoeira, a percussão e outros (COORDENADORA; diário de campo, 16/06/2011).

Ainda em nosso diálogo, e, em entrevista com as mães, pode-se mais uma vez identificar que a cidadania e transformação estão inclusa nas práticas educativas do Centro. Tais como nas falas das mães, em entrevista na confraternização do Centro:

M-I Ela sempre foi interesseira e quando entrou aqui mudou para melhor;

M-II Elas duas são danadinhas, mas melhorou no comportamento.

M-III Ela fazer muitas coisas e fala par mim.

M-V Continua o mesmo. (MÃES, diário de campo, 16/06/2011).

VI- Crianças em Risco de Exclusão na ONG.

O risco da exclusão é devido às crianças estarem em situações como mostra a fala da coordenadora em entrevista na confraternização do centro:

Crianças que são encaminhadas do CRAS, e a maioria que estão aqui são crianças com alguns problemas com a família, crianças sem pai, de mãe solteira, ou o pai e a mãe foram assassinados e/ou abandonaram-nas. Na nossa realidade aqui tem muitas pessoas que estão acostumadas a pedir, isso dificultam muito, por que o trabalho social não é assistencialista, para vocês têm claro isso, nosso trabalho aqui é para as pessoas serem protagonistas de suas próprias histórias e não ficarem acomodadas no que estão (COORDENADORA; diário de campo, 16/06/2011).

Este risco de exclusão também se pode ser observado na fala dos responsáveis por estas crianças como nestas falas de algumas mães, em entrevista na confraternização do Centro:

M-I Eu gostaria de dar muitos presentes a ela, porém eu gostaria de dar mesmo é uma televisão, eu não tenho condições de matricular em escola particular, mas prefiro deixa-la aqui.

M-II, Livros, que é o que mais elas precisam.

M-III Dariam tudo que eu pudesse.

M-IV Um livro (MÃES, diário de campo, 16/06/2011).

Ainda como fatos desta realidade de risco de exclusão que estas crianças do Centro vivenciam têm a fala da professora P-I, em entrevista na sala de aula:

A merenda, reforço escolar para os grandes, e para não ficarem nas ruas, não ter com quem ficarem em casa (PROFESSORA P-I, diário de campo, 14/06/2011).

VII- CONCLUSÕES PRELIMINARES

Retomando a pergunta inicial que provocou este exercício de pesquisa que foi “Quais as práticas educativas desenvolvidas nas organizações que trabalha para a transformação social/cidadania das crianças em risco de exclusão”. E guiado pelos os objetivos deste estudo que foram: Conhecer as práticas educativas que norteia a educação voltada para a transformação social das crianças em risco de exclusão; Identificar as principais práticas educativas de organizações que trabalham com crianças em risco de exclusão na organização local; Caracterizar o significado de transformação social/cidadania, a partir das percepções de crianças em risco de exclusão e de seus educadores e Levantar as principais questões referentes às crianças em risco de exclusão.

A nossa compreensão de práticas educativas é que estas, são atividades educativas que têm o objetivo de desenvolver nos indivíduos as capacidades e as habilidades que lhe proporcionem em seu cotidiano condições de serem autores e protagonista de suas próprias historia, assim sendo, as práticas educativas são atividades que ajuda na formação humana das pessoas, seja, nas condições físicas, psicológicas, sociológicas ou econômicas.

Neste sentido cada categoria nos proporcionou novas aprendizagens. Na categoria **práticas educativas na educação infantil** se pode entender a importância dessas práticas educativas na educação infantil e quais são suas contribuições para a sociedade, como também aprendemos que as práticas educativas vão além das praticas escolares, ou seja, não se resume apenas as atividades desenvolvidas nas escolas regulares, e, que pode ser desenvolvida em instituições de caráter popular. Já na categoria **transformação social/cidadania**, se pode entender que a transformação social acontece a partir de nossos atos e ações, assim sendo, a cidadania é um instrumento de soberania do cidadão e que só a partir do exercício dessa cidadania é que existe conquista e transformação social. Na categoria **crianças em risco de exclusão**, se pode vivenciar a realidade de uma sociedade que convive com os traços das desigualdades e dos desrespeitos com as pessoas dessa sociedade, de forma que não lhe oferecem dignidade e condições para estas pessoas seres autores de sua realidade.

Partindo desta compreensão pode-se dizer que essa experiência nos proporcionou uma nova visão sobre o que são práticas educativas e qual é a sua importância na educação dos indivíduos, como também nos proporcionou uma aproximação com a realidade que é vivenciada nas organizações de trabalha com educação popular, nas suas práticas educativas.

Alargando o universo de compreensão que as instituições que trabalham com educação popular, no contexto de violência, nos bairros das periferias, são organizações que direcionam suas práticas educativas para a formação social e cidadania dos seus indivíduos, onde essas práticas educativas têm o objetivo de desenvolver nestes indivíduos às capacidades e a habilidade que lhe

proporcionará a inserção na sociedade, é neste sentido que as instituições de educação popular tende-se a seguir.

Assim a nossa compreensão sobre a pergunta “Quais as práticas educativas desenvolvidas nas organizações que trabalha para a transformação social/cidadania das crianças em risco de exclusão.”, pode ser entendida a partir das seguintes práticas educativas identificadas lá:

- Educação física, com atividades de alongamento, equilíbrio e coordenação motora, corrida, pula corda, futebol, dominós de figurinhas entre outras;
- Educação popular na sala de aula, seguindo uma educação construtivista e problematizada por parte dela, português, história, matemática, cultura, artes e ciências, com atividades de identificação das vogais, números, sílabas, formação de palavras, formação de palavras a partir de uma consoante, formação de frases, identificação das famílias das palavras, identificação de quantidades entre o número 1 a 9, elaboração de gênero convite, cartazes, oralidade do gênero poesia, construção de painel, leituras de histórias contos entre outros, pinturas, colagens, recorte, construção de bandeirinhas, formação de desenhos, apresentação de peças, orações, hábitos de higiene bucal,
- Informática com atividades de elaboração de trabalho nos programas de texto, apresentação de slides entre outros;
- Educação musical de percussão com atividade de músicas e cantigas;
- Capoeira com atividade apresentação de peças;
- Dança com atividade de quadrilhas, musiquinhas, cantigas, entre outras.

Nesta compreensão sobre as práticas educativas desenvolvidas pelo Centro de Educação Popular Maria Mãe da Misericórdia entende-se que as práticas educativas são instrumentos para a formação social e para a cidadania dos seus futuros cidadãos de comunidades populares e a inserção dos mesmos em nossa sociedade, onde os mesmos deixam para trás as evidências das desigualdades de uma sociedade opressora.

VIII– REFERÊNCIAS

- APPLE, M. W; CONNELL, Robert W... [et al]; GENTILI, Pablo (org). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. 15. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- BRANCHER, Leoberto Narciso. **Assistência Social e Cidadania**. MBES, CNAS, LBA, PNUD, AJURIS, FAMURS. 1993. Disponível em: <http://www.rebidia.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=189&Itemid=222>. Acesso em 21/04/2011.
- BRASIL, M. da ED. **Integração das Instituições de Educação Infantil aos Sistemas de Ensino: um estudo de caso de cinco Municípios que assumiram desafios e realizaram conquistas**. Secretaria de Educação Infantil, Brasília/MEC/SEF. 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/integra01.pdf>>. Acesso em 24/04/2011.
- BERELSON, Bernard – **Content Analysis**. In Lindzey & Aronson, **Handbook of Social Psychology**. Reading: Addison-Wesley, 1954.
- CASTEL, R. (1991). **De l'indigence à l'exclusion, la désaffiliation: précarité du travail et vulnérabilité relationnelle**. In J. Donzelot (Org.), *Face à l'exclusion – le modèle français* (pp. 137-168). Paris: Esprit.
- CASTEL, R. (1995). **L'avènement d'un individualisme négatif**. *Magazine Littéraire*, 334, Julho/Agosto.
- COSTA, António Firmino da. "A pesquisa de terreno em sociologia", in Augusto Santos Silva & José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das ciências sociais*, Porto, Edições Afrontamento, 1986.

- DEMO, P. **Avaliação Qualitativa**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 1991 (coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 25).
- DESLANDES, Suely Ferreira; Romeu Gomes Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 27. Ed. – Petrópolis.RJ: Vozes; 2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 45ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.
- GADOTTI, Moacir. **Educar para um outro mundo possível**. 1. Ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed.- 3. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.
- LAGE, Allene Carvalho. *Lutas por Inclusão nas Margens do Atlântico: um estudo comparado entre as experiências do Movimento dos Sem Terra/Brasil e da Associação In Loco/Portugal. Volume I – Dissertação de Doutorado*. Orientador: Boaventura de Sousa Santos. Coimbra: Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. 2005.
- KULMANN, M. **Educação infantil e currículo**. In: FARIAS, G. L. A; PALHARES, S.M. (orgs.) **Educação Infantil pós- LDB: rumos e desafios**. Campinas: autores associados, 2005.
- MEJÍA, Marco Raúl. **A transformação social: educação popular e movimentos sociais no fim do século**. Tradução de Ana Vieira Pereira e Ricardo Ribeiro. 2. Ed. São Paulo, Cortez, 2003.
- PINSKY, Jaime. **Cidadania e educação**. 9 ed., 1ª reimpressão. São Paulo: contexto; 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Os Conflitos Urbanos no Recife: O Caso do “Skylab”**. In: Revista Crítica, nº 11; maio, p. 9-59. Coimbra, 1983.
- TOWNSEND, P. (1979). **Conceptualising poverty**. In P. Townsend (Org.), *The international analysis of poverty* (pp. 27-39). Nova York: Harvester Wheatsheaf.